

**Trajetória de Vida de Livia Duarte: representação política por uma mulher afroamazônida<sup>1</sup>***Trayectoria de Vida de Livia Duarte: representación política de una mujer afroamazónica**Life Trajectory of Livia Duarte: political representation by an Afro-Amazonian woman***Eveny da Rocha Teixeira**

**Resumo:** Com o objetivo de compreender fatores que favoreceram a entrada e a permanência de uma mulher afroamazônida e mãe na carreira política, tendo como pano de fundo a discussão da sub-representação política feminina, entrevistou-se a Deputada Estadual Livia Duarte (eleita para o mandato 2023-2026 pelo PSOL/PA), utilizando-se o método da história oral para conhecer sua trajetória de vida. A degravação revelou uma ênfase sobre os temas maternidade política, mobilidade social por meio dos estudos, racismo e desigualdade social. Em uma análise transversal do conteúdo das falas, obteve-se a descrição de um capital político que não foi engendrado por herança familiar, mas por militância comunitária e popular, e, posteriormente, política partidária. Conclui-se que as demandas oriundas do fazer político são física e mentalmente exigentes, que dependem de suporte dos movimentos de base que acreditam em - e se emocionam com - a liderança exercida e da aliança entre mulheres no poder.

**Palavras Chave:** Representação Política. História Oral. Maternidade Política.

**Resumen:** Con el objetivo de comprender los factores que favorecieron la entrada y permanencia de una mujer afroamazónica y madre en la carrera política, teniendo como telón de fondo la discusión sobre la subrepresentación política femenina, se entrevistó a la Diputada Estatal Livia Duarte (elegida para el mandato 2023-2026 por PSOL/PA), utilizando el método de la historia oral para conocer su trayectoria de vida. La transcripción reveló un énfasis en los temas de maternidad política, movilidad social a través de la educación, racismo e desigualdad social. En un análisis transversal del contenido de las declaraciones, se obtuvo la descripción de un capital político que no fue engendrado por herencia familiar, sino por militancia comunitaria y popular, y posteriormente por política partidaria. Se concluye que las demandas derivadas del quehacer político son física y mentalmente exigentes, que dependen del apoyo de los movimientos de base que creen y se emocionan con el liderazgo ejercido y de la alianza entre mujeres en el poder.

**Palabras Claves:** Representación Política. Historia Oral. Maternidad Política.

**Abstract:** In order to understand the factors that favored the entry and permanence of an Afro-Amazonian mother in political career, against the backdrop of the discussion of women's political under-representation, State Deputy Livia Duarte (elected for the 2023-2026 term by PSOL/PA) was interviewed using the method of oral history to learn about her life trajectory. The transcription revealed an emphasis on the themes of political motherhood, social mobility through education, racism, and social inequality. In a cross-sectional analysis of the speech content, the description of a political capital that was not engendered by family inheritance, but rather by community and popular activism, and subsequently by partisan politics, stood out. The study concluded that the demands arising from political work are physically and mentally tough, depending on support from grassroots movements that believe in - and are emotionally invested in - the leadership exercised, and the alliance between women in power.

**Keywords:** Political Representation. Oral History. Political Motherhood.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado como requisito para conclusão da Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEM/UFGA, contando com a orientação da Professora Doutora Maria Luzia Miranda Álvares. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

**Eveny da Rocha Teixeira** – Mestre em Psicologia (Teoria e Pesquisa do Comportamento) pela Universidade Federal do Pará (2005), Especialista em Gestão com Pessoas pelo Cesupa (2014), Especialista em Controle, Prevenção e Intervenção na Violência pela Universidade Federal do Pará (2019). Analista Judiciária - Apoio Especializado: Psicologia Central de Equipe Multidisciplinar - Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (2000). E-mail: [teixeiraeveny@gmail.com](mailto:teixeiraeveny@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Tendo como pano de fundo a discussão sobre a sub-representação feminina nas instâncias político-partidárias nacionais, o presente trabalho apresenta a trajetória de vida de Livia Duarte Puty, 35 anos, mulher negra amazônida feminista, mãe, madrastra, socialista, a primeira presidenta municipal negra do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no Brasil, a fundadora do Setorial de Mulheres do PSOL, eleita vereadora de Belém pelo PSOL nas eleições municipais de 2020, recordista legislativa da Câmara de Belém, com destaque para projetos na linha da maternidade, das mulheres, de assistência ao povo preto, autora do Estatuto da Igualdade Racial (Decreto 9.769/2022) e deputada estadual em 2022, de modo a compreender fatores que favoreceram a entrada e a permanência de uma mulher afroamazônida e mãe na política.

Para se compreender a política brasileira, é preciso lembrar que a soberania popular, exercida por meio do sufrágio, nem sempre foi universal. Até as primeiras décadas do século XX, o voto refletia ainda mais marcadamente a assimetria de gênero, raça, classe e escolaridade no país, possibilitando somente a homens brancos, ricos e letrados o exercício de poder sobre as decisões públicas. Na virada dos anos 1920 para 1930, o movimento sufragista comemorou não só a participação de mulheres como eleitoras – mesmo que ainda só as alfabetizadas e assalariadas - mas também como mandatárias de cargos políticos.

A partir daí, a história da democracia brasileira contou com a constante participação de mulheres, mesmo em períodos revoltos. Mesmo durante os anos de chumbo, que perduraram de 1968 a 1974, o período mais sombrio da Ditadura Militar, houve participação feminina nas organizações políticas clandestinas, fosse em clubes de mães, associações, comunidades eclesiais de base, em movimentos contra o custo de vida e por creches, movimento estudantil, partidos, sindicatos ou até mesmo na luta armada contra o regime antidemocrático<sup>2</sup>.

Um novo grande contingente de mulheres passou a fazer parte do eleitorado brasileiro com a mudança que sobreveio com a eleição de 1985, a última ocorrida de forma indireta no Brasil, que além de marcar o fim do bipartidarismo, passou a incluir o voto de pessoas analfabetas a partir de uma Emenda à Constituição, depois de mais de 100 anos deixadas à margem do processo democrático<sup>3</sup>.

Foi só a partir da Constituição de 1988, contudo, que mulheres passaram a ser vistas como cidadãs, com direitos e deveres iguais aos dos homens. A despeito deste e de outros importantes marcos legais, a igualdade de gênero ainda está longe de ser atingida pelo Brasil ou por quaisquer um dos países signatários de tratados internacionais que versam sobre o tema, como a Declaração de Pequim ou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará. A história da democracia brasileira, evidentemente, seguiu, até os dias de hoje, marcada pela sobrerrepresentação de homens brancos cishetero e de classes abastadas no que tange à ocupação de espaços de poder, embora o Brasil seja um país onde, numericamente, as mulheres negras são maioria (IBGE, 2010).

Afunilando a análise para o nosso território, de interesse da presente pesquisa, no certame de 2018 para a Câmara dos Vereadores de Belém, 44% das pessoas eleitas eram homens brancos; 38% de homens negros; apenas 9% de mulheres eleitas; e um número bem menos expressivo, de apenas

<sup>2</sup> Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/mulheres>

<sup>3</sup> Fonte: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Novembro/constituicao-de-1985-garantiu-o-direito-ao-voto-aos-eleitores-analfabetos>

6% do total de vereadores eleitos foram de mulheres negras, grupo do qual fez parte a nossa depoente Livia Duarte. Já no segundo pleito do qual nossa depoente participou, desta feita disputando uma das 41 cadeiras da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), em 2022, Livia Duarte foi a única – e a primeira – mulher negra eleita dentre as sete deputadas estaduais a tomarem posse neste ano.

Depois desse breve apanhado histórico, que sublinhou a importância de discutirmos a desigualdade racial e de gênero no contexto político, passaremos a aprofundar as estratégias para redução da disparidade de gênero e raça em candidaturas e, a seguir, pensaremos sobre alguns fatores que interferem na representatividade política de mulheres racializadas no Sul Global, aspectos envolvidos na construção de uma carreira política e outros elementos relacionados a gêneros, territórios e feminismos.

## 1. Estratégias para Redução da Disparidade de Gênero e Raça em Candidaturas

Se antes do pleito de 2020 a Cota de Gênero (prevista na Lei nº 9.504/97) ficava diluída entre os partidos coligados, permitindo com que alguns partidos nem chegassem a indicar mulheres para participarem das eleições, com o fim das coligações, cada partido passou a ter que, individualmente, indicar o mínimo de 30% de mulheres filiadas para concorrer no pleito. A Corte Constitucional determinou também a destinação de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário às campanhas de candidatas, além de dedicar às campanhas de mulheres maior tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão<sup>4</sup>.

Já no que tange à mensuração do acesso de indivíduos não brancos aos cargos eletivos no Brasil, observa-se que “a politização da desigualdade racial é bem mais recente que a politização da desigualdade de gênero, incorrendo na falta de dados sobre a raça/cor dos candidatos (...) somente nas... eleições de 2014 a variável raça/cor foi adicionada aos registros do TSE” (CAMPOS & MACHADO, 2015, p.122).

Também dentre os eleitores brasileiros, mulheres perfazem maioria: 52,5% dos votantes são mulheres, segundo informações extraídas do Cadastro Nacional de Eleitores. O TSE não informa raça/cor dos eleitores, mas a partir das Eleições Gerais de 2014, passou a exigir a declaração de cor/raça dos candidatos. Se naquele pleito de 2014, a maior parte dos candidatos eram homens brancos, sabe-se que homens pretos e pardos atingiram maioria das pessoas que se candidataram para as eleições de 2020. Esse aumento na representatividade de candidatos de acordo com a cor/raça da população brasileira não se estendeu ao quesito gênero, contudo: a quantidade de mulheres candidatas permaneceu bastante próxima ao mínimo exigido pelas cotas partidárias, cerca de 30% - muitas das quais receberam de zero a dois votos, indicando uma grande probabilidade de que 68% do total de candidaturas de mulheres tenham lançado “laranjas”, somente para que os partidos se enquadrassem na lei vigente<sup>5</sup>.

Os esforços para diminuir a disparidade de gênero e raça em candidaturas não coincide com o aumento de mulheres pretas eleitas. A ocupação dos cargos de decisão, permaneceu inversa ao contingente populacional brasileiro. Cioccarri e Mottinha (2021) apontam que:

<sup>4</sup> Fonte: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>

<sup>5</sup> Fonte: Redação Gênero e Número. Minorias entre vereadores eleitos, candidaturas negras são 60% das que receberam de zero a dois votos. Disponível em: <https://www.generonumero.media/candidaturas-negras-laranjas/>. Acesso em 18 de maio de 2022.

*As mulheres no Brasil ainda têm uma difícil jornada para conquista de espaço na política em cargos eletivos. Nas eleições municipais de 2020 foram apenas 15,7% de mulheres eleitas. Nas eleições de 2018 no Brasil na Câmara dos Deputados foram eleitas 15% de deputadas e no Senado foram eleitas 14% de senadoras. Então nas duas últimas eleições no Brasil as cotas de 30% de candidaturas não representaram maior inserção das mulheres em cargos políticos eletivos. A consequência disso é que a desigualdade na representação dos nossos atores políticos deve permanecer ou conquistar avanços em passos lentos, visto que os valores políticos e culturais não têm o desenvolvimento desejável. (CIOCCARI & MOTTINHA, 2021, p.76)*

Quando se acrescenta o quesito cor/raça à equação, tem-se que:

*Ao analisar a competição eleitoral é possível perceber que os negros participam do processo. Nas eleições de 2016, 49% dos candidatos eram pretos e pardos. No entanto, isso não se mantém no resultado das eleições, já que homens brancos se elegem muito mais do que qualquer outra categoria social, chegando a ter cerca de 40% das cadeiras no país todo. Processos estruturais somados a uma história de discriminação racial vão moldando as possibilidades de acesso de um grupo. A maioria dos pretos e pardos têm uma experiência de vida que remonta a uma história de pobreza. Se os negros conseguiram um avanço de representatividade nas eleições deste ano, a proporção é ainda distante dos 56% que esse grupo representa na população brasileira e que evidencia que eles seguem sub-representados na política. (CIOCCARI & MOTTINHA, 2021, p.76)*

Mesmo estando dentre aqueles pesquisadores que aqueles que observam os números com mais otimismo, o sociólogo Luiz Augusto Campos faz ainda ressalvas:

*Os números relativos confirmam em parte os diagnósticos positivos. Nas eleições para vereador e vereadora, os homens brancos recuaram 11,8%, enquanto as mulheres brancas avançaram 9,7% e as mulheres negras, 23,1%. Os homens negros praticamente ficaram estagnados, avançando menos de 1%. No entanto, esses dados precisam ser colocados em perspectiva. O aumento na proporção de mulheres negras eleitas para a vereança esconde a baixíssima participação inicial desse grupo na representação municipal. Esses números também têm ignorado os resultados das eleições para as prefeituras.<sup>6</sup>*

## 2. Fatores que Interferem na Representatividade Política de Mulheres Racializadas no Sul Global

Atenta-se para o fato de que a sub-representatividade não seja um fenômeno local. Uma publicação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que antecedeu em dois anos as eleições de 2020, malsinou a sub-representação política de mulheres negras como parte de um complexo sistema de discriminação estrutural legado pelo passado colonial escravista ao sul global:

*enquanto não se visibilizar e fizer cessar o fenômeno cruel da violência política, não haverá possibilidade de garantir a plena participação das mulheres, principalmente das afro-descendentes, nas instâncias decisórias do Estado. Quando mulheres que historicamente foram relegadas a ocupar cargos subalternos se atrevem a sair desse “lugar natural” (Gonzalez;*

<sup>6</sup><https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2021/Ra%C3%A7a-e-elei%C3%A7%C3%B5es-de-2020-onde-avan%C3%A7amos-e-onde-avan%C3%A7ar/>

1979) e disputar o poder político com outros grupos não subalternos, são comuns as represálias e as tentativas de deter o avanço social. (CEPAL, 2018, p.75)

Em se permanecendo as relações de gênero e raça ocultas à discussão sobre representatividade de no poder público, tanto a política, quanto a democracia e a justiça restam prejudicadas, porquanto se imponha o discurso de normatividade masculinista, androcêntrica e racista:

*É de imensa importância ressaltar que se deve contar com a presença de mulheres afrodescendentes nas instituições e altas instâncias do Estado não só por um compromisso com os princípios de justiça, igualdade, inclusão e representação, mas porque sua presença nesses espaços é o fator que poderá garantir que as instituições sejam mais sensíveis às interseções de gênero e de raça/etnia na formulação e implementação de políticas públicas e que estas sejam adequadas às necessidades e propostas das mulheres afrodescendentes. Isto é, as políticas públicas pensadas sob uma perspectiva interseccional não só devem dirigir-se às mulheres afrodescendentes, mas devem tê-las como agentes centrais, a partir de posições de poder, em seu processo de formulação e implementação. (CEPAL, 2018, p.75)*

As desigualdades étnico-raciais no processo de tomada de decisão sobre políticas públicas são causa e consequência dos abismos entre mulheres e homens, brancos e não-brancos. A transformação das estruturas sociais que reificam relações de subordinação, características da nossa sociedade profundamente injusta e violenta, só se dará quando tivermos mais mulheres pretas e indígenas em posição de poder, não só a começar da sua inclusão em níveis mais altos do sistema educacional ou na inserção no mercado formal de trabalho como formas de se obter autonomia econômico-financeira e outras oportunidades reais de desenvolvimento pessoal, mas mais especificamente, do empoderamento coletivo a partir da assunção de cargos de poder político. O incentivo à participação política de mulheres racializadas precisa levar em conta quais os fatores envolvidos nessa disparidade para que ela seja dirimida.

### 3. A Construção de uma Carreira Política

Para uma mulher não-branca assumir o papel de liderança política em sua comunidade, ela terá que ter atingido critérios formais e informais em para chegar a ser selecionada por um partido político para construção de uma carreira política. Existem etapas formais, previstas pelo direito eleitoral, que antecedem o pedido de registro a uma candidatura partidária, destacando-se a escolha em convenção do partido. Mas a inserção de uma mulher em uma carreira política – especialmente se alinhada a um pensamento dito de esquerda - envolve também etapas informais, que antecedem a validação de seus correligionários: a participação em movimentos políticos, como os movimentos estudantis, movimentos de mulheres, a militância social em torno da modificação da realidade de opressão de outras pessoas que vivem em seus corpos os efeitos da exploração e a dominação de um sistema capitalista.

E depois de cumpridas as etapas informais e formais de inserção em uma carreira política, com candidatura aceita pelo partido, apoio popular e financeiro para campanha, resultado expressivo em número de votos e mesmo um mandato cumprido de acordo com os anseios das eleitoras e dos eleitores, ainda há que se almejar a mobilidade entre cargos eletivos para se firmar em uma carreira política.

#### 4. Gêneros, Territórios e Feminismos

Outros fatores, além dos critérios formais e informais envolvidos no lançamento de uma candidatura feminina, também podem interferir diretamente na entrada e na permanência de mulheres na política. A este respeito, Biroli (2017) denuncia: “é no âmbito doméstico e familiar que dinâmicas significativas de opressão têm incidido sobre a vida das mulheres, limitando suas possibilidades em outras esferas da vida” (p.191). A energia vital que uma mulher gasta pensando sobre o cardápio da semana, na lição dos filhos mais velhos, na necessidade de comprar meias novas para o caçula, dar conta dos pais adoecidos e em dar apoio emocional ao seu companheiro que tenta um posto melhor no trabalho, além de lutar ela própria por seu sustento, prende até mesmo as mulheres mais independentes a uma rotina estafante em âmbito privado, usurpando-lhes tempo que poderia ser empregado na arena pública para lutar contra as desigualdades sociais de gênero a que estamos submetidas.

A maternidade, nesse contexto, pode ser vista como mais um aspecto que prende mulheres ao “chão grudento”, uma “metáfora canônica usada pela economia feminista para explicar típicas situações de desigualdade a que estão submetidas as mulheres no âmbito laboral em todo o mundo” (FERNANDEZ, 2019), que evidencia também a maternidade e a economia de cuidado como fatores que dificultam o crescimento profissional de mulheres, mantendo-as em cargos mais mal-remunerados e menos valorizados socialmente. Um fenômeno recente constatou Renata Senlle (2020), pesquisadora no tema da maternidade política, ao identificar que muitas candidatas em 2018 fizeram uso das redes sociais para divulgar suas candidaturas políticas voltadas às pautas das maternidades e infâncias, destacando-se o trabalho das 11 mulheres que compunham a Bancada de Mães Ativistas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em um artigo de divulgação de seu trabalho científico, explicou que o trabalho de ser mãe já é em si um trabalho político e “Levar isso para o ambiente político partidário, para as instâncias institucionais, dá uma visibilidade para esse trabalho político, que as mães já realizam – o trabalho reprodutivo-, e pode catalizar para políticas públicas que beneficiem toda a sociedade”<sup>7</sup>.

O silenciamento e o alijamento de mulheres e mães pode ser sentido de maneira mais contundente quando esses marcadores se entrecruzam com outros, como a raça e o território. Em uma entrevista para o site jornalístico Nós mulheres da periferia, Flávia Ribeiro, mestrandia em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA), afirma: “mesmo dentro dos movimento de mulheres negras, as afroamazônidas não se sentem convidadas a falar. “Como a gente não consegue não racializar nenhuma pauta, eu também não consigo não desterritorializar nenhuma pauta” . E todos estes marcadores precisam ser levados em conta quando se pensa na formulação de políticas públicas que atendam gêneros, territórios e feminismos.

#### 5. Objetivo

O presente trabalho se propõe a apontar as contradições e os amalgamentos entre os papéis assumidos quando da entrada e a permanência de uma mulher negra, amazônida e mãe na política. Ouvir sobre os impactos pessoais e sociais dessa escolha e, em última análise, entender o que pre-

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.dicasdemulher.com.br/noticias/por-que-e-importante-termos-mais-maes-na-politica-brasileira/#:~:text=A%20participa%C3%A7%C3%A3o%20de%20m%C3%A3es%20na%20pol%C3%ADtica%20ainda%20%C3%A9%20baixa%2C%20e,dados%20do%20Mapa%20da%20Pol%C3%ADtica>.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/a-amazonia-como-centralidade-mulheres-afroamazonidas-na-politica/>.

cisa ser feito para favorecer a entrada de outras mulheres, já envolvidas na reprodução social, e/ou com marcadores tão específicos de raça e território, na política.

## 6. Método

Para a coleta de dados: foi utilizado o método da história oral (ALBERTI, FERNANDES & FERREIRA, 2000; FREITAS, 2002) para conhecer a trajetória de vida, dos ascendentes até o momento atual, de uma mulher negra amazônida e mãe na política, por meio de entrevista, transcrição e análise de seus relatos.

Questões abertas para as entrevistas aplicadas<sup>9</sup>: 1) História Família (antecedentes, descendentes, atual); 2) História Escolar (estudos, movimento estudantil etc.); 3) Cotidiano da cidade onde mora/morou (vivência, convivência, dia a dia); 4) Atividades de ação política = igreja, escola, bairro, movimentos comunitários, movimentos sociais etc.; 5) Simpatia por partido político (familiar, escola, movimentos) e filiação partidária (em que período?); 6) Atividades no partido político – agregação em algum grupo, tendência, função prevista no estatuto?; 7) Quanto tempo entre a filiação e a indicação de candidatura? Para qual cargo?; 8) Motivo da indicação da candidatura? Quem indicou? Ou apresentou seu nome ao partido?; 9) Atividades enquanto candidata (no partido, na comunidade, na vida doméstica); 10) Já foi indicada (ou se ofereceu) quantas vezes para ser candidata? Quantas exitosas? Quantas não exitosas?; 11) Atividades na representação política – prefeita- vereadora-deputada estadual- dep federal – outra?; 12) Como convivia entre os mandatos e a vida doméstica?; 13) Para você o que é uma liderança política? Considera-se uma liderança política?; e 14) A seu ver o que é uma mulher na política? Ela continua a ser mulher ou tem que mudar as suas atitudes quando assume um mandato político?

Para o registro e transcrição dos dados: a condução da entrevista foi realizada na casa da entrevistadora (por escolha da depoente), no qual se buscou criar um ambiente amoroso e acolhedor, após um longo dia de trabalho e estudos por parte de Lívia. A entrevista se iniciou às 20h e se encerrou às 21h do dia 15 de dezembro de 2022, a tempo da depoente retornar para casa para tomar lição de seu filho mais velho. A entrevista foi registrada com o recurso de gravação de mensagens de voz do aplicativo *WhatsApp*, para em seguida, ser transcrita com o auxílio do aplicativo *Transcriber*, uma ferramenta para transcrever conversas em formato digital. Posteriormente, a transcrição foi revisada manualmente e eventuais trechos faltantes foram preenchidos.

Para análise dos dados: foi utilizada a ferramenta *Wordcloud*<sup>10</sup> para visualização de dados textuais. Na nuvem de palavras resultante, os vocábulos foram destacadas em tamanhos proporcionais à frequência com que foram ditos em entrevista. Posteriormente, depois de colocadas em relevo as informações quantitativas fornecidas pela ferramenta supracitada, dos dados textuais foram agregados em unidades temáticas, categorias de análise as quais permitiram, por fim, uma interpretação do conteúdo expresso na transcrição, como nos ensinou Bardin (2016)<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Replicação da entrevista elaborada no contexto do projeto de pesquisa “Mulheres na Política: Histórias de Percursos e de Práticas” – no 402518/2010-1- APQ- CNPq (2013), de autoria da Profª. Dra. Maria Luzia Miranda Álvares.

<sup>10</sup> Ferramenta gratuita disponível em <https://classic.wordclouds.com/>

<sup>11</sup> Bardin, L. Análise de conteúdo. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

## 7. Resultados

Em uma tentativa de visualizar quantitativamente os termos que mais frequentemente foram mencionadas pela depoente ao longo da condução da entrevista, utilizou-se a estratégia de construção de uma nuvem de palavras.

**Figura 1: Nuvem de palavras ditas pela depoente em tamanhos proporcionais à frequência**



Fonte: Dados extraídos da entrevista. Elaboração própria.

Destacam-se os vocábulos: gente, política, partido, minha, casa, alguém, nossa, espaço, pessoa, outras, família, assim, sempre, mulher, Belém, vida, político, mim, ter, história, crianças, mães, pai, pensar, precisa, chegar, figura, queria, falar, entrei.

Em uma leitura transversal, quando se busca analisar o peso de cada tema para a construção do muitas vezes emocionante e emocionado diálogo que se deu, contudo, outras expressões marcam sua importância e serão apresentados a seguir, exemplificados com excertos da entrevista realizada com a depoente, para fomentar a discussão que fechará o presente artigo.

### 1) “Escalada social”:

*Hum deixa eu ver onde eu começo a história da minha família eu sou neta de escravos análogos no Sul e Sudeste do Pará, minha família foi catadora de castanha, extrativista, mas depois de um tempo algumas famílias muito ricas compraram as terras que eles ocupavam com eles dentro. Então quase toda a cidade serviu a esse esquema de escravidão por dívida. Meu avô ganhava como se fosse trinta reais e vinte e três centavos e devia trinta reais e vinte e três centavos. E criou o meu pai nessa condição. Então meu pai começou a ao extrativismo de castanha/ escravidão por dívida com cinco anos. Eles iam todos para a floresta e catavam, entregavam e tal e, depois de um tempo, meu pai virou babá de onze famílias Ele saiu desse lugar sozinho quando ele tinha onze anos e aí virou babá de várias famílias em Marabá que é o município*

do lado e passou, depois foi vindo se aproximando de Belém com as famílias e aí passou na Universidade Federal do Pará. Então toda a vida da nossa família e a escalada social que se fez e tudo isso dependeu, amiga, não chore senão eu vou chorar também, ela foi é muito baseada nessa coisa da ciência, e de como as pessoas, o único jeito de a nossa classe social tem de ascender socialmente que é a Universidade. É isso.

(...)

Eu morei quase toda a minha vida só no Norte do Brasil, então, morei em três cidades. Então daí foi você ter a vida adulta, morei em três cidades, morei em Belém onde eu nasci. Depois quando a minha irmã nasceu, depois um pouco mais depois que ela nasceu, pouco depois que ela nasceu, minha irmã mais nova, o meu pai passou num concurso público. Então nós fomos pra Tucuruí que o concurso era na Eletronorte (textuais).

## 2) “Racismo”:

A entrevistada ressaltou que com a mudança da periferia de Belém, por ocasião desta aprovação do pai de Livia em concurso, passaram a viver em uma vila permanente com pessoas de outros estados e de outros estratos sociais:

Nós moramos em Tucuruí e depois fomos pra Macapá e voltamos pra Belém. E a convivência com os vizinhos era muito conflituosa, eu acho, em Belém menos, porque era o Guajará, a periferia mais hardcore que a gente morou, então era todo mundo parecido, a convivência com os vizinhos era menos conflituosa porque era todo mundo parecido. Quando a gente se mudou para Macapá, quando a gente se mudou para Tucuruí já foi difícil, porque era um concurso e a gente se mudou para a vila permanente. Então a casa não era nossa, era uma casa um pouco melhor, mas os nossos vizinhos eram brancos, eram pessoas brancas, pessoas concursadas de outros lugares do país. Então, por exemplo, foi a época, mesmo tendo um clube de perto, mesmo que tendo a casa melhor foi o período que a gente ficou mais isolados, foi o período em que a gente ficou mais dentro de casa, foi o período em que a gente ficou mais convivendo conosco, assim. E quando a gente volta pra Macapá a gente foi pra perifa também e aí normalizou digamos assim e aí reacendeu, fui pro movimento estudantil, enfim, entende? Acho que o período exemplo que eu sofri mais de racismo em disparado na minha vida foi o período que a gente morou na vila onde a casa era melhor, onde meu pai finalmente pôde comprar um carro, de sei lá, quarta mão, mas a gente tinha um Gol GTI daquele e tal, mas só que a gente tinha um Gol GTI onde as pessoas tinham um carro bom, a gente morava nessa casa, nossa casa não tinha nada assim na frente e as pessoas tinham uma vida muito estruturada financeiramente. E a gente estava ali passando uma chuva, sabe? Então foi o período mais difícil mas acho que foi o período que mais me formou também como pessoa foi aí que eu descobri eu acho, foi a primeira vez que eu pensei “pô, eu sou preta”. Foi aí. Foi a primeira vez que eu pensei, “não tem vários problemas aqui ah é que a gente é mais pobre, que a gente não sei o que”, mas foi ali que eu pensei “o problema né que eu sou preta”, ali então foi muito importante.

(...)

A minha história escolar é uma história de uma menina da periferia de Belém, eu nasci no Guajará onde minha mãe e meu pai me tiveram e me criaram, que é uma comunidade, um bairro que fica ali do lado do PAAR, bem onde agora tem uma usina da paz, então eu nasci e me criei ali. E é uma escola de menina da periferia de Belém e de escola pública a vida inteira,

*então é uma história de... que não é uma história triste, é uma história muito complexa, de muita dificuldade, de muito racismo mas de muita esperança, sabe?, e de muito descobrimento eu acho (textuais).*

### 3) As diferentes vivências de organização familiar:

A depoente contou suas experiências em uma “família estruturada” na infância, da “maternidade solo” aos 24 anos, à família recombinação de hoje:

*E as nossas casas, assim, sempre foram muito legais, mas sempre foram muito simples. Então assim, mesmo na minha escola, que era uma escolinha, a nossa casa era a mais humildezinha de todas. Então era muito... hoje eu quando eu penso nela, eu penso que era muito legal. Mas, por exemplo, todas as vezes que eu voltei às casas onde a gente morou, depois de adulta eu falo meu Deus do céu como como eles criaram a gente aqui, sabe?, Então foi um cotidiano muito feliz assim quando eu me tinha, né?, nesse cotidiano mas hoje eu penso que deve ter sido muito difícil, sabe? E eu não sabia que era difícil, porque apesar de ser uma família periférica, humilde e tal e de origens muito pobres era uma família feliz, era uma família estruturada. Então a gente se sentia muito bem em casa, a gente, eu não tive dificuldades nenhuma na escola, eu não tive nenhuma dificuldade porque o meu pai estudava comigo todos os dias. A gente não tinha tipo roupas assim, mas a mamãe fazia nossa calcinha, mamãe fazia a nossa, sabe a figura da máquina de costura e tal, nossa infância foi muito feliz.*

(...)

*depois que eu engravidei do Joaquim, porque eu tinha vinte e quatro anos, menina, porque eu era mãe solo de um militante, de muito tempo. Que quando eu engravidei entendeu?, o amor acabou.*

(...)

*Minha situação atual: Eu já tinha uma família, que era formada de mim e do meu filho Joaquim que hoje tem onze anos e agora tenho uma família um pouco maior, que ela é uma família com um companheiro, a filha dele que também é minha filha e um bebê de quase três anos e dois cachorros. Então a nossa situação atual é uma família tradicional não-tradicional brasileira de trabalhadores, disso, de amor, de afeto*

(...)

*Foi um processo e foi um processo muito dolorido porque eu fiz metade da campanha grávida, de uma gravidez de risco, minha campanha pra vereadora e a metade dela com o bebê recém-nascido numa pandemia. Então foi o caos, foi o caos. Mas foi necessário E é isso (textuais).*

### 4) Esperança:

Lívia, ao lembrar de sua entrada no movimento estudantil e outros movimentos sociais, a qualifica como uma “janela para estar com pessoas e pensar o futuro”:

*Eu entrei no movimento estudantil [voz embargada] porque era... Amiga, será que eu, será que eu vou conseguir falar até o final esse negócio? Gente, eu não estava esperando isso. Eu entrei no movimento estudantil porque era essa janela de estar com pessoas e de pensar o*

*futuro, eu entrei no movimento estudantil com 13 anos. Então entrei no movimento secundarista depois eu fui do movimento universitário, que depois eu entrei em Direito. Minha família se mudou pra Macapá, eu iniciei a faculdade de direito em Macapá e depois a gente voltou, então foi metade de Macapá, eu iniciei a faculdade de Direito em Macapá e depois a gente voltou, então foi metade em Macapá, metade aqui. E se deu assim. Depois, no finalzinho disso, eu fui para partido. Mas eu demorei muito até aceitar que a minha militância tinha que passar por partidos políticos. Eu não acreditava que era o caminho. Então, eu fui de núcleos de assistência jurídica popular, eu fui de núcleos populares de assistência, eh núcleo de cultura popular versus de cultura de massa, de apoio de juventude, movimentos sociais como o [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] MST, como o MAAB que são movimentos que hoje integram o meu mandato. Então uma história que foi de muita dúvida, até que eu me convenci de que era por ali, a Institucionalidade só pode ser por ali, entendeu? (textuais).*

### **5) A entrada na política partidária na adolescência:**

*Então, Pra mim foi um processo eu digo que eu fui ganha para uma organização partidária, ganha num processo ideológico pra uma organização partidária. Porque não era a ideia e eu tinha muita resistência, eu não achava que era por aí a transformação, achava que era tudo meio a mesma coisa. E também, eu acho que os partidos políticos, de maneira geral, bem, não acho, né? É a teoria política né? Os partidos são uma parte, por isso é um partido, e eu também não me enxergava nesse espaço. Então eu também achava que era muito elitizado, também achava que as pessoas que militavam em partido políticos eram filho de gente que militava em partido político, mesmo os de esquerda, tinha uma história ali, entende e que não tinha nada a ver comigo. Meu pai nunca se interessou por política, minha mãe muito menos, ninguém se interessava, então assim era um negócio meio distante do partido político e eu fui ganha pra organização também por outros jovens eh mas muito no discurso ideológico. Então ao assim, na contramão de muitas pessoas que, por exemplo, estavam no movimento estudantil comigo eu não entrei no movimento estudantil para me filiar a um partido ou para ser candidata ou para isso não era uma carreira pra mim, era uma janela, era estar com amigos, os meus melhores, meus amigos mais próximos até hoje são os meus amigos dessa época, era uma maneira de dividir minhas coisas e de enfim era ali, não era com essa proporção, entendeu? Então o pulo do gato foi muito, foi uma transição eh que durou uns dois anos Bem lenta, bem lenta, bem discutida, as pessoas ficavam, Quando eu me filiei ao partido, dezesseis. Então dos 13 aos 16 eu fiquei nos movimentos sociais apenas (textuais).*

### **6) O “desafio número um”, gênero na política partidária:**

A entrevistada denunciou a oposição entre o setorial de esposas de políticos de carreira e a presença – fora da estrutura partidária - dos movimentos de mulheres:

*Então eu fui militante da área de influência do PT, não me filiei ao PT formalmente, eu era o que eles chamam de área de influência, que são os movimentos sociais que ficam em volta do partido, que não se filiam formalmente. Eu me filiei formalmente ao PSOL no processo de criação em 2005 e não tive... Era uma militante de bases assim. Era aquela figura que a pessoa fala, ah vamos disputar um congresso e alguma hora vai chegar a Livia com o pessoal do direito, não era uma figura que as pessoas pensavam no espaço pra mim. e isso foi uma coisa muito dolorosa, eu acho que os maiores desafios que eu tive no partido político,*

*Número um, é de gênero. Porque hoje você tem outra configuração dos partidos políticos e uma discussão a partir não sei se principalmente mas também das mulheres muito mais jovens que entraram nos partidos políticos se formou uma força tarefa no sentido de repensar a estrutura dos partidos políticos e de como as mulheres chegam aos partidos políticos. Então você tem uma grande maioria, esmagadora maioria dos partidos, as mulheres são: a mulher do presidente, a mulher do secretário, a mulher do não sei o que, que fica ali e tem um setorial de mulheres dela pra ela ter com as amigas porque precisa ter uma parte do dinheiro do fundo eleitoral que precisa ser destinado a mulheres. Então ela faz uma atividade uma vez por ano, gasta aquilo e pronto. Os partidos de esquerda, verdade seja dita, existe uma tradição de movimento social de mulheres. Então você tem outro respiro, você tem outra cultura. Mas ainda assim as mulheres que estão nesses partidos políticos ocupando esses espaços em dois mil e cinco, dois mil e seis, não era pensado, era muito ousado, que uma menina, jovem e tal, peitasse uma figura consagrada, uma deputada, alguém, a fim de ocupar um espaço na estrutura partidária. Então demorou um pouco para que eu estivesse em algum espaço formal do partido. Mas sempre participei de tendências políticas, sempre participei da discussão interna do partido. Sempre quis fazer onda dentro, assim, pra disputar o rumo do partido. Mesmo que eu não tivesse nada. E depois eu fui entrando na estrutura partidária. Depois as pessoas foram, ah! Mas precisa de alguém, precisa de uma feminista, né? Pra fazer a discussão. Então que tal aquela menina, sabe? (textuais).*

### **7) A conciliação entre a política partidária e a maternidade solo:**

A depoente recebeu, entre outras mensagens explícitas e implícitas, o “recado do tipo volte pra casa”, ao qual fez maus ouvidos para seguir ocupando espaços:

*E a segunda coisa, um segundo momento que foi o que mais me marcou a vida eu acho que a minha vida política e o rumo que ela deu e o rumo que o PSOL no Pará deu e o rumo que a minha militância deu e o rumo que as minhas candidaturas se deram (...) Então eu tinha que criar aquela criança e continuar na minha vida partidária, que eu não queria sair do espaço de discutir o partido, que eu não queria, entende?, e como é que eu fiz isso? Carregando esta criança. Então eu percebi que não é só que o partido não estava preparado para receber as mães. Eu descobri que era um recado do tipo volte pra casa. É um recado. Quando você não tem um espaço criança numa atividade política cê tá sempre dizendo que as mães não são bem-vindas porque o patriarcado diz que é nosso dever de cuidar. Então você está mandando alguém de volta pra casa. E você está privilegiando que alguém esteja nesse espaço. Então a grande virada da minha vida política, no sentido de pensar a estrutura partidária foi quando eu dei a luz ao Joaquim e fiquei pensando, meu Deus, como eu vivi todo esse tempo sem enxergar, sem ver, sem sentir que não tinham crianças aqui, que não tinham mães aqui Entende? É uma higienização que você naturaliza. A diferente, a exceção, é a mulher que leva o moleque. Então eu passei um tempo em que essa discussão estava longe de estar na moda, estava longe de estar em voga, que eu acho até que o Joaquim é um cara concentrado por causa disso, porque ele não podia fazer barulho, ele ficava ali, todo mundo “psbbbb”. E acho que isso também é o que ele é hoje, essa criança que senta lá e fica na dele. Mas foi muito importante, porque foi aí que a gente fundou o Setorial de Mulheres do PSOL, foi aí que a gente começou a discutir também Espaço Criança em todas as atividades. Foi aí que a gente começou a discutir eh um fundo que desse prioridade as mulheres mães pra concorrer nas chapas. [Você deu a luz a uma discussão]. Eu dei a luz a uma discussão. A um menino-discussão. Foi isso.*

(...)

*Essa é muito boa porque o espaço político de representatividade, e mesmo interno partidário, não é só que são espaços que não foram pensados pra nós. Então quando eu te falo quando não tem um espaço criança você manda um recado pras mães não é só um espaço que não foi pensado pra nós, são espaços que foram feitos pra barrar a nossa chegada. Então, são espaços que foram feitos com muitas maneiras de a gente não chegar. Não é que tem em cima da porta: partido escroto de macho escroto, você entra lá e tem, não é isso. São, é um cotidiano burocrático e público e de atitudes e de negação de atitudes e de várias coisas que é isso, é uma parte da sociedade mesmo. (textuais).*

## 8) A “virada” - política de mulheres para o partido:

*É tudo minhas atividades no partido hoje são muito limitadas porque eu virei parlamentar. Mas antes disso lindo. Eu fui a primeira mulher preta presidente de partido político no Estado do Pará, então eu fui a primeira, e foi uma cisão também, foi um negócio, é, sempre vamos ver no que dá. Se der errado a gente volta. Mas fui muito tempo da executiva, então as minhas atividades eram basicamente produzir o que outras pessoas iam apresentar. Textualmente, intelectualmente, muitas vezes, muitos textos que eu tenho vergonha de dizer porque as pessoas saberiam que outras pessoas não escreveram. Por exemplo, mas as minhas funções muito tempo como assessora, muito tempo, como assim, muito tempo como dirigente, muito tempo era pensar a política pra outras pessoas apresentarem. E depois eu fui presidenta do PSOL e já foi um momento meio de virada, a gente teve a primeira executiva cem por cento feminina quando a legislação não obriga e no PSOL a gente tem pelo menos cinquenta por cento em todas as instâncias nacionais, municipais mas a nossa tinha cem por cento, então foi a grande virada de política de mulheres para o partido em Belém. Foi aí que a gente criou o espaço criança no PSOL. Foi aí que a gente criou cotas maiores eleitorais do que o tribunal propunha, do que o tribunal obriga. Foi aí que nós tivemos a maior bancada de mulheres, de jovens, mulheres candidatas porque havia recurso então as mulheres podiam ser, enfim eu fiz tudo no partido (textuais).*

## 9) A organização familiar para a permanência na política e os custos para a saúde:

*Dupla jornada de trabalho. A conta é essa. Então muito exaustivo, mas o resumo é que a última semana de campanha, de de que também foi as últimas de mandato, eu fiquei internada, eu tive uma crise de anemia profunda, precisei de transfusão de sangue, 10 ampolas de ferro, eu sentei um dia de manhã e não consegui levantar pra tomar banho. Foi isso, não conseguia levantar, sabe?, eu devo estar com alguma verme, quando você está meio alguma coisa muito pesada. Eu peguei alguma coisa, achei que eu estava com covid. Eu não conseguia comer, porque você está ali naquele frenesi e mesmo preparando pras crianças, você tem filhos pequenos, não tem como você não cuidar da alimentação, não tem como você fazer coisa, você comer coxinha o dia inteiro, mas mesmo fazendo pras crianças, preparando pras crianças e tal não me dava tempo de comer, não me dava apetite. Eu perdi treze, quase quatorze quilos durante as eleições. Jesus. E o sono, vai pro interior de noite, vai pra casa com as crianças, enfim, foi muito pesado, foi no meu limite, a médica perguntou mas como tu te deixa chegar numa situação dessa? Como tu Tu não está vendo que é um limite físico assim e tal. E o pior quando ela me falou isso eu falei doutora deixa eu só lbe falar uma coisa. Eu fiz uma promessa pra Nossa Senhora de Nazaré. Eu tenbo que andar de Mosqueiro até à Basílica. “Se tu fizer isso eu chamo a polícia”. Eu tive que deixar para o ano que vem.*

## 10) A culpa materna X a maternidade política:

*E em casa, gente eu sou a primeira a pegar porrada, não, brincadeira, das crianças, principalmente, porque eu sou um pouco superprotetora, então tem uma dificuldade grande de aceitar que os outros também façam as coisas, sabe? E eu acho que essa coisa da maternidade solo do meu primeiro filho, eu ia dizer me lapidou, mas ela me dilapidou, ela me fez incapaz de compreender que outras pessoas podem estar no processo educacional, que outras pessoas não vão me abandonar com uma criança no colo, então foi muito, eu ainda sou a pessoa que revisa as tarefas, Joaquim está de recuperação, por exemplo, então eu vou chegar em casa, vou ver o que é, etc.*

(...)

*Eu queria te parabenizar amiga por esse teu trabalhão assim de continuar estudando e se assumir mãe de um menino lindo. Porque eu acho que a política precisa ser de dentro de casa para fora de casa, dos micropassos, para os grandes passos da grande política precisa ser isso, sabe?, e acho que tu segurou o touro, entende? Porque a gente tem um monte de teorias maravilhosas mas eu acho que quando bate na gente a gente sente, entende?, tipo cê não quer que tenha acontecido, você pensa que aconteceu alguma coisa errado, então você entender e fazer outras pessoas entenderem que o caminho é certo e que é legal e que é bacana, é muito bacana, então queria te agradecer politicamente assim pela experiência (textuais).*

## 11) A falta de apoio intrapartidário versus o apoio da base, dos movimentos sociais:

*Foi uma estrada inteira porque eu não queria ser, não pensava em ser e quando se abriu essa discussão, a primeira vez que aconteceu, ela aconteceu de maneira muito hostil. Havia um grupo de mulheres que entendia que essa candidatura precisava ser posta e um grupo de companheiros, exceções, é verdade, mas também havia um grupo que achava que era muito perigoso que era muito, que era um caminho sem volta, entende?, isso é uma coisa que é bastante comum e que eu vejo que é uma coisa com outras mulheres com o meu perfil político, digamos assim. A dificuldade de romper no sentido de que as pessoas não enxergam nela uma solução para a conjuntura. Elas enxergam nela um problema pra conjuntura. Porque se você tem essa pessoa, há outras pessoas, talvez outras pessoas não consigam furar eh como essa pessoa Então você tem um problema aí de estrutura branca, hétero, cis, que pensa estou perdendo espaço, entende?, eu não acho que é uma coisa mesmo de tradição, política, de esquerda no sentido eh de familiar. Então por exemplo, quando o Boulos tem um milhão de votos alguém não acha bacana, porque alguém tinha um milhão de votos. Quando a Érika Hilton se elege a primeira mulher trans do Congresso, alguém não acha bacana porque alguém se levantou pra ela sentar, entende?, então mesmo nos partidos políticos de esquerda, você tem esse tensionamento. No meu caso, quando a gente apontou esse tipo de discussão, eu não queria comprar esse tipo de coisa, eu não queria me indispor, então passou muito tempo, a nossa candidatura ela foi aceita por mim, depois que tinha uma decisão unânime no Pará de que ser, então todo mundo, vai ser, ah, então, não, beleza. E aí eu saí vereadora pela primeira, então ótimo, vamos lá.*

(...)

*Enquanto candidata é muito interessante porque eu fiz, na minha primeira candidatura eh como eu posso dizer isso, eu tive um apoio político um pouco maior eu acho que em*

*certa medida porque as pessoas não acreditavam que eu ia me eleger, então tudo bem, então ouve alguém que me desse um toque de alguma ou contato de alguma coisa, na minha segunda candidatura, essa estadual eu fiz quase tudo de pensar a agenda política, de pensar a linha da comunicação, de pensar o que que a gente tinha que botar pra fora, o que que era dentro. E, enfim, tudo isso, pautas políticas, persona, como a gente se apresenta, tudo isso. Porque aí já era já era um problema, eu já era a pessoa que podia me eleger. Tirar o lugar de alguém. Exatamente. Exatamente. Então eu já era a pessoa, não favorita que podia ocupar o lugar de alguém que, poxa, é mais meu companheiro, vai fazer mais da nossa linha política, né? Vai falar menos de racismo, nossa, ouvi isso demais. Eu ouvi com todas as letras de uma dirigente política não só uma mulher, olha, Livia, você tem que falar de outras coisas, porque mãe todo mundo é, tu tens que falar de outras coisas, senão tu vais te ferrar. Então a gente persistir nessa coisa, nesse vão que é o programa político dos partidos de esquerda também, para as mães, para as mulheres, essa, esse abismo, de inclusive de formulação, sei lá, cada organização tem a sua formulação e os seus teóricos mas a gente não tem um livro vermelho da maternidade. A gente não tem um livro de marxismo para mulheres e mães. Entende?, tem vários textos de mulheres maravilhosas que escreveram, mas nada que a gente sistematize como se fosse parte da formação de um militante de esquerda. É um tipo isso, entende? Então essa segunda foi muito difícil. Porque eu tive que fazer várias funções e na primeira eleição, o Edmilson não era prefeito, portanto, O Cláudio não era secretário, meu companheiro, então ele estava ali. Nessa, ele é secretário. Eu estou vereadora, então foi muito pesado.*

(...)

*100% [de êxito]. Duas candidaturas, duas vitórias eleitorais e políticas, que foram mais importantes que as eleitorais. A base me levou ao cargo, sem dúvidas. Eu acho que da segunda vez eu me impus mais, sem dúvida. Eu falei, não, não tenho porque desistir disso. Mas as duas vezes se não houvesse uma base que dissesse é a nossa candidata, talvez não tivesse rolado, mesmo sendo vereadora de Belém. Então havia uma base que é nessa aqui, Entende? E acho que foi isso (textuais).*

## 12) A liderança política:

*É bom, para os partidos políticos e para as organizações partidárias, para a Esquerda, há muitos tipos, você pode ter uma liderança política formuladora que é aquela pessoa que escreve, pensa nos textos, você pode ter uma grande liderança política, agitadora, então uma figura que faz grandes falas e que emociona quando tá falando, você pode ter uma figura política organizadora, que é a figura nos partidos políticos que é um tesoureiro. É alguém que sabe quanto entra, quanto sai, cuida da burocracia. E no senso comum dos partidos políticos, a gente também chama de liderança política as pessoas que tem incidência sobre outras pessoas. Então, é uma liderança política do Guamá, é uma pessoa que reúne X pessoas e tem incidência sobre elas. Algumas vezes, de maneira errônea, as pessoas acham que é quem tem voto numa área, então essa pessoa tem 200 votos, é uma grande liderança política. Enfim, e assim sucessivamente, mas as lideranças políticas são essas assim teoricamente, né? Nas teorias políticas tem a ver com o papel de desempenho dos partidos políticos. Eu acho hoje que as lideranças políticas elas estão muito ligadas à mobilização das pessoas, o que te mobiliza, o que te conecta, acho que isso aponta muito para o que são lideranças políticas de agora, do nosso tempo e tal (textuais).*

### 13) Representatividade da mulher na política:

*Estou vereadora de Belém até janeiro e estou deputada estadual eleita para o próximo para a próxima legislatura. A primeira preta Assembleia Legislativa.*

(...)

*Se eu fosse pensar na teoria dos partidos políticos, eu acho que alguém me encaixaria numa liderança agitadora. Assim, isso é coisa de falar pra muita gente de explicar essa coisa de da facilidade de me comunicar com as pessoas e tal. Mas eu acho que a política Graças a Deus, a política de Esquerda brasileira, ela passou de um capítulo de buscar falar sobre as pessoas para um capítulo de as pessoas falarem sobre elas próprias, que quando eu falo de mobilização é isso sim eu acho que a grande palavra de ordem é nada sobre nós sem nós, sabe? Eu acho que nesse nesse viés sim. Acho que as pessoas podem votar em mim porque a gente teve um excelente trabalho legislativo, recordistas de projeto de lei, eu acho que as pessoas podem votar em mim porque a gente tem uma posição séria, as pessoas sabem que eu não estou roubando dinheiro, eu acho que as pessoas podem votar em mim por várias coisas, pela história, mas eu acho que as pessoas votam em mim porque elas acreditam que se eu tô lá, elas podem estar.*

(...)

*Então, por exemplo, essa coisa da masculinização, bem entre aspas, do tratamento, essa coisa de você, em algum momento ter que bater na mesa, essa coisa de você em algum momento ter que parecer irracional, essa coisa de momento você tem que dizer olha me respeita senão eu enfio a mão na tua cara alguma coisa desse jeito ela é não é só que ela é possível ela é necessária porque é um ambiente que vai te cansando e vai cansando a tua saúde mental, vai cansando, vai eu acho que não tem jeito de chegar. Não tem jeito de chegar. Se você não tiver uma rede, se você não tiver mais umas duas ou três mulheres ali muito perto que consigam enxergar o que tu estás enxergando, não tem jeito de chegar, porque é muito bruto e é muito silencioso ao mesmo tempo. Então você precisa mostrar que você não tá ali pra arregar, que você não tá ali pra voltar pra casa, que você não tá ali, ah, o moleque tá com febre, mas eu vou e deixo com paracetamol, alguma coisa assim, sabe? Mas sinceramente, eu não gosto muito desse termo da masculinização, porque eu acho que ele também de um estereótipo de que nós somos sempre boas e sempre legais e sempre gentis e sempre maravilhosas e sempre puras e tal. Eu não gosto muito, então acho que uma mulher na política ela continua sendo uma mulher. Mas ela se descobre uma mulher na política depois de um tempo (textuais).*

### 8. Discussão:

No que respeita à ambientação, avalia-se que os contatos pessoais anteriores entre pesquisadora e depoente, em contexto ameno de trocas afetivas e também na militância e em situações formais no trabalho, favoreceram o estabelecimento de uma interlocução de acolhimento, espontaneidade e empatia.

Quanto às palavras ditas pela depoente Lívia Duarte ao longo de sua entrevista, não surpreende que as três mais frequentes sejam “gente, política, partido”, dado os temas evocados pelas perguntas presentes no roteiro de entrevista. Ou também que apareçam logo em seguida “minha, casa, nossa, espaço, família”, já que os conceitos de família e território foram tergiversados em diversas perguntas apresentadas, bem como “mulher, Belém, vida, político, história”, posto que

estávamos tratando da história de vida política de uma mulher em sua cidade. Entretanto, é bastante significativa a frequência de “crianças, mães, pai, pensar, falar, chegar, entrei”, que denotam a importância da **maternidade política** no discurso da depoente (SENILLE, 2020).

Como a autora discute, a interação entre mulheres-mães possibilita novas produções de sentido e subjetividades. Ou como Lívia sinaliza, ao final da entrevista, “*a política precisa ser de dentro de casa para fora de casa, dos micropassos, para os grandes passos da grande política*” (textuais). Quando as demandas de mães são publicizadas, ganham corpo, voz, se tornam políticas e também partidárias.

Tomando como referencial os temas abordados pela depoente, que em muitos momentos suplantam as perguntas, revelando eventos da trajetória pessoal e política que realmente marcaram sua memória e emocionalidade, chegamos a 13 temas, explorados a seguir:

Quando a depoente descreve a história de sua família, se remete à territorialidade de sua origem, aos modos de sobrevivência no Sul e no Sudeste do Pará, relatando como seus ascendentes, extrativistas da castanha, foram cooptados para uma condição análoga à escravidão e, posteriormente, seus pais puderam experienciar uma vida mais digna e feliz, embora difícil, na periferia de Belém. Embora se considerem as perdas do processo de desterritorialização e sofrimento de seu grupo familiar ascendente, é patente a importância que Lívia dá aos estudos como forma de garantir uma trajetória de mobilidade social, porquanto o pai de Lívia tenha tido acesso ao estudo de nível superior e, posteriormente, a uma vaga como servidor público por meio de concurso.

O período em que seu núcleo familiar de origem vivenciou melhores condições financeiras foi também quando percebeu a existência de uma hierarquia social relacionada ao racismo, pois as famílias brancas gozavam de mais privilégios econômicos e sociais, enquanto a sua experienciou um processo de dolorido isolamento.

Teve bom relacionamento intrafamiliar com seu núcleo de origem, no qual se destacou em seu relato e figura de seu pai; exerceu cuidados unilaterais de seu filho Joaquim - enquanto o pai do menino seguiu sua já consolidada carreira política, Lívia permaneceu responsável pela criação e educação do filho, senão por todas as despesas, decerto com grande dedicação de seu tempo e energia; e atualmente, tem a experiência de uma família recombinada – e a onipresente culpa materna por dividir com terceiros a responsabilidade do cuidado de sua prole enquanto se dedica à carreira política.

Como constatado na entrevista, a depoente não contou com herança familiar para construir o seu capital político. Além da militância comunitária e popular, desde os tempos de estudante, Lívia Duarte também atuou por dentro da política, quando foi assessora parlamentar do atual prefeito da capital paraense, em seus mandatos como deputado estadual e federal. Como bem destacam Sousa Filho e Álvares (2013):

*participar da política em setores informais como movimentos sociais, movimento estudantil ou de mulheres, entre outros, também pode ser visto como um recurso capaz de aglutinar pessoas fomentando grande capital social afetando sua motivação ou indicação para se filiar num partido e se dispor a concorrer uma eleição (p.172).*

Lívia Duarte deixou-nos perceber os fatores que a desmotivaram a ingressar em um partido político, a princípio: se por um lado, se via mais ligada ao trabalho de base com os movimentos sociais, por outro, mostrou perceber uma “realidade oligárquica” na política (SOUZA FILHO &

ÁLVARES, 2013), porquanto, nos partidos, o poder (em termos de investimento na campanha de um candidato ou candidata) permaneça mais facilmente na mão dos que contam com herança política familiar ou com um histórico de pleitos vencidos anteriormente, mais frequentemente na mão de homens que de mulheres com filhos.

Cada vez que a discussão da política partidária deixa de pensar em espaços para mães para privilegiar a presença de outros corpos, uma barreira se cria para a entrada e a permanência de mulheres na política. Nossa depoente vivenciou o nascimento da discussão sobre o espaço das mulheres-mães na política, a partir da maternagem solo de seu menino Joaquim. Muito antes da *hashtag* “mães na política” ganhar as redes sociais, a existência de uma criança real na arena pública e política se impunha. Em vez de a maternidade a agrilhoar ao espaço privado, foi Joaquim quem cresceu em meio a reuniões e assembleias, tornando-se visível, mesmo que silente. Como denuncia Biroli (2017), é no reconhecimento da dualidade entre o público e o privado e a divisão sexual do trabalho, que são dimensões das experiências reiteradamente **apagadas, marginalizadas ou toleradas** por homens enquanto atores políticos e produtores do conhecimento. Porém, a justa organização feminina, a partir desta experiência de tensionamento com a estrutura cisheteropatriarcal em um partidos de esquerda resultou em um Setorial de Mulheres.

Quando finalmente Lívia chegou à Câmara Municipal de Belém, foi com Pedro nos braços que projetos de lei para emancipação das mães periféricas foram votados, como creches noturnas, por exemplo, em um entrelaçamento inevitável da maternidade, do feminismo negro e da política. Assumir uma postura feminista e reconhecer o direito de as mulheres exercerem atividades laborativas dividindo o trabalho reprodutivo com outras pessoas não a livrou, como a nenhuma de nós em nossas próprias experiências pessoais com a economia do cuidado, suponho, da culpa materna pelas horas ausentes do âmbito doméstico. No caso em tela, a existência de uma rede de apoio maior, a partir do seu casamento, criou uma relação de ambivalência e até de desconforto emocional com a terceirização do cuidado do filho caçula.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre sua a entrada em uma carreira política, Lívia Duarte nos faz compreender que a educação política se constrói nas vivências no seu território, nas chaves que os movimentos sociais nos dão para pensar as relações comunitárias.

Quando se pensa na permanência de uma mulher afroamazônida na representação política, a fala de Lívia revela que demandas oriundas do fazer político são física e mentalmente exigentes, porquanto sua carreira política seja atravessada pelo racismo e pelo sexismo estruturais, que a interpelam sobre sua presença na arena pública a despeito da maternidade, ou ainda, trazendo consigo a maternidade política como bandeira de luta.

Para se manter na política, uma mulher racializada depende do suporte dos movimentos de base que defendem consigo a igualdade racial e a justiça social e que acreditam - e se emocionam com - suas lutas e liderança. Além disso, a construção da carreira política de uma mulher preta e mãe depende não só de uma rede de apoio familiar, como da aliança entre mulheres no poder para a garantia de sua saúde física, mental e relacional.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. GEPEM/UFPA: “*Mulheres na Política: Histórias de Percursos e de Práticas* – nº 402518/2010-1- APQ- CNPq. 2013.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016, 229 p.
- BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 102, p. 173-210, set./dez. 2017.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultados das Eleições 2020*. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/>. Acesso em 17/05/2022.
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos Augusto Mello. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 121-151, jan./abr. 2015.
- CEPAL.. *Mulheres afrodescendentes na América Latina e no Caribe: Dívidas de igualdade*. Nações Unidas, Santiago. Outubro de 2018.
- CIOCCARI, D.; MOTTINHA, R. Eleições 2020: qual é o perfil de cor/raça e gênero dos candidatos e dos eleitos?. *Revista Alterjor, [S. l.]*, v. 24, n. 2, p. 56-78, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-1507.v24i2p56-78. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/181548>. Acesso em: 9 set. 2022.
- DAVIS, Ângela. 3. Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres. IN: - *Mulheres, Raça e Classe* – São Paulo, Boitempo, 2016 (Cap.3, pp. 57-78) [p. 62 – 82].
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n.26. Movimentos sociais econômicos na contemporaneidade: teorias e experiências. 2019.
- FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 115p.
- IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- SENLLE, Renata Garcia. *Conversas de Mães em Rede: um percurso netnográfico, dos blogs maternos até a Bancada de Mães Ativistas nas eleições de 2018 no Facebook*. Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado. 2020.
- SOUZA FILHO, Nilson Almeida & ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres no Poder: entre os espaços privados de convivência e a arena pública e política. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 4, jul./dez., 2013.

